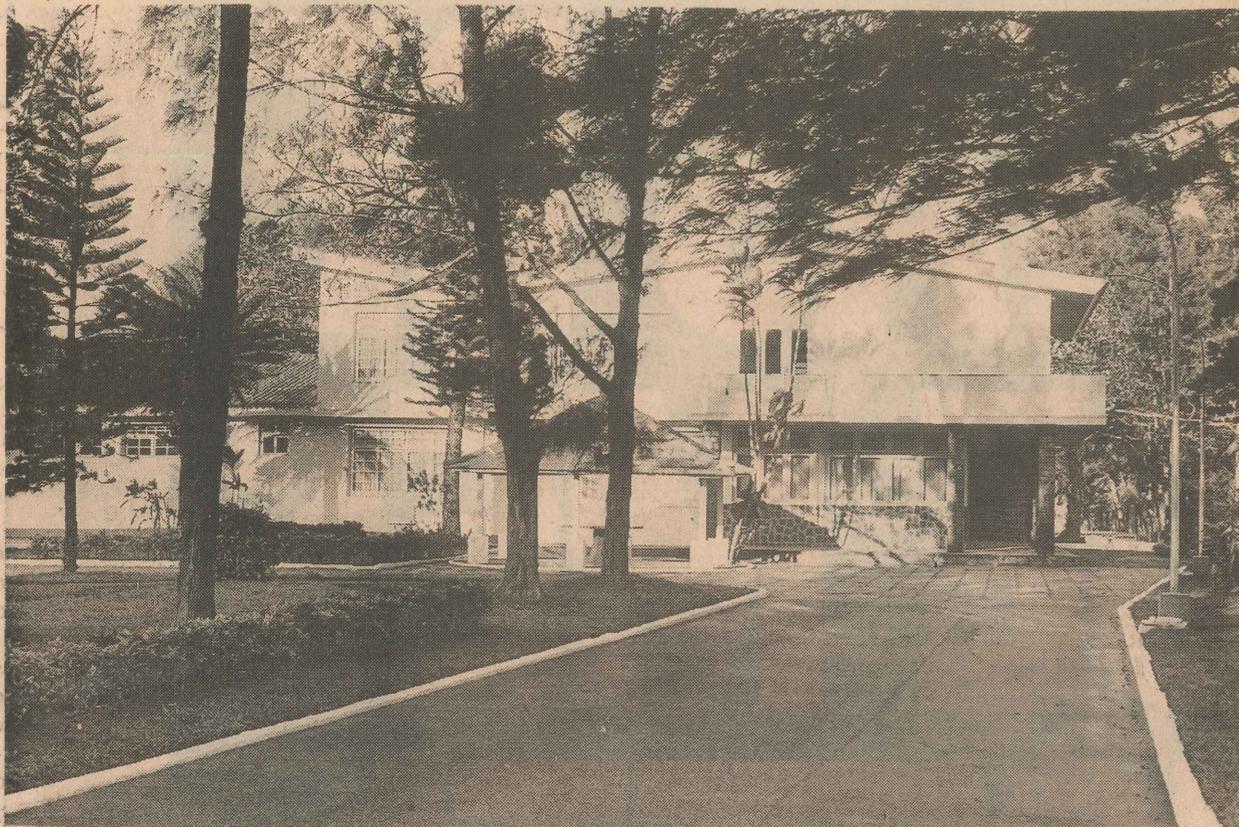


1066
↓



A residência oficial do Governo na Praia da Costa vai continuar sendo usada como o refúgio do governador



Foto de Alton Lopes

A destinação da residência oficial localizada em Santa Teresa ainda vai ser discutida com a comunidade

Governo extingue Emcatur e vende o Radium Hotel

Cláudia Feliz

Está decidido: o Governo vai mesmo extinguir a Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), vender o Radium Hotel e repassar para a iniciativa privada a gerência do Centro de Convenções, ambos localizados em Guarapari. Um outro bem público, o Mercado da Capixaba, terá o aluguel de suas lojas reajustado a preço de mercado, enquanto as residências oficiais, uma em Santa Teresa e outra na Praia da Costa, terão tratamento diferenciado. Na Praia da Costa o governador continuará realizando reuniões técnicas e políticas — a exemplo do que fazia o ex-governador Max Mauro. Ele vê o local como uma espécie de refúgio, necessário para mantê-lo longe do assédio que costuma sofrer no Palácio Anchieta.



Foto Arquivo AG

O prejuízo do Radium Hotel, somente no mês de maio passado, chegou à casa de Cr\$ 1 milhão e 750 mil

População é ouvida

“No Espírito Santo, a voz do povo é a voz de Deus”. Foi com essa frase, impressa num anúncio publicitário publicado no dia 28 de julho do ano passado, que o então governador Max Mauro comunicou o desejo de dar outra destinação a cinco imóveis públicos: as residências oficiais de Santa Teresa e Praia da Costa, o Radium Hotel, de Guarapari, o Centro de Convenções, também de Guarapari, e Mercado da Capixaba. O objetivo da iniciativa era garantir um melhor uso dos imóveis pela população. Criou-se, então, uma comissão especial que ouviu as comunidades e, ao final dos trabalhos, após reunir sugestões, recomendou a realização de enquetes populares. Mas as enquetes não foram e sequer serão realizadas.

A comissão, composta de 13 pessoas e presidida por um representante da sociedade civil, entendeu que a enquete não teria força cocitiva legal, como um plebiscito, dependeria da vontade política, e não seria uma obrigação do Governo sucessor de Max Mauro. A consulta seria feita por meio dos movimentos organizados, que atuariam apenas nas suas jurisdições, nas quais estivessem inseridos os imó-

to amplo, beneficiando a comunidade com atividades de arte, cultura, lazer e turismo. A residência seria transformada, entre outros serviços, num centro cultural, formado de museu do mar e histórico-natural, biblioteca, cineclube, centro de artesanato; funcionaria também como centro de lazer e esportes náuticos, hotel, marina e centro de convenções. A administração das atividades poderia ser feita pelo Estado, em conjunto com entidades privadas.

Em Santa Teresa, compatibilizaram-se sugestões no sentido de transformar a residência de inverno num centro de educação ambiental especializado em Mata Atlântica e memória da colonização italiana, num horto florestal e centro de estudos, pesquisas e treinamento, além de horta municipal. Foram propostas do Conselho Estadual de Cultura, Governo do Estado e Prefeitura local, respectivamente. Houve quem sugerisse a utilização da residência como centro de recuperação e tratamento de viciados em drogas (projeto de lei do então deputado estadual, Dilton Lyrio Netto), mas a comissão considerou a proposta “restrita quanto à sua destinação”.



O mercado da Capixaba continuará alugado aos comerciantes, só que o preço do aluguel será reajustado

O governador Albuíno Azeredo, que foi secretário do Planejamento na administração Max Mauro — que o antecedeu — entende que a utilização dos cinco bens públicos já foi discutida “exaustivamente”. Por isso, tomou a decisão de levar adiante, por exemplo, um projeto polêmico: a venda de um deles, o Radium Hotel.

Albuíno Azeredo admite que, isoladamente, a proposta sofreu rejeição, inclusive da comunidade de Guarapari. Por isso, para atender a comunidade e, eliminar possíveis resistências, definiu que o dinheiro captado com a transação comercial será revertido em favor do próprio município. Guarapari vai perder um hotel decadente, mas ganhará um hospital público — a região não dispõe do serviço, só oferecido pela iniciativa privada.

Cassino

O Radium Hotel tem história. Inaugurado na década de 40, foi transformado, em seguida, num cassino. Na ocasião, não pertencia ao Governo, que o adquiriu, em 19 de janeiro de 1950, da empresa Brasília Turística e Comercial, sob o comando de Alberto Quartini Bianchi. Instalado numa área de quase 10 mil metros quadrados, em plena Praia da Areia Preta, no centro de Guarapari, ele tem 51 apartamentos, além de um bar, anexo. Em abril deste ano, foi avaliado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), em Cr\$ 1 bilhão e 430 mil.

Desde janeiro do ano passado a Emcatur, proprietária do hotel — e também do Centro de Convenções e da Ilha do Imperador, em Linhares — mantém em poder da antiga Secretaria de Indústria e Comércio (hoje, do Desenvolvimento Econômico) um trabalho, envolvendo edital e procedimentos contáveis, referente à alienação do Radium. A empresa entende que, pelo valor do imóvel e com a forma precária de seu funcionamento, não é viável a manutenção de sua administração. Ele sequer tem sentido, segundo o presidente He-

loilson Tadeu Gobbi, para os objetivos da Emcatur.

O hotel, classificado com duas estrelas, tem uma diária fixada, com desconto, em Cr\$ 4.500,00. A Emcatur arrendou o restaurante e o bar para um particular. Em troca, viabilizou a manutenção do serviço de café da manhã, para os hóspedes. O funcionamento do Radium, admitem Gobbi e outro diretor da empresa, Paulo Costa, é precário. Se em janeiro, alta temporada, ele teve um lucro superior a Cr\$ 3 milhões, em maio o prejuízo foi de Cr\$ 1 milhão e 750 mil. Há anos a unidade não sofre uma reforma e, neste mês de julho, sua taxa de ocupação é de 36%.

Assembléia

Como sociedade de economia mista, a Emcatur depende da assembléia de acionistas para definir o destino dos seus bens. O Governo detém 93% das ações, o empresário Marcelo Nader 6,80%, e demais acionistas (em torno de 30, a maioria ex-diretores da empresa), 0,05% cada. Nader disse que não se posiciona enquanto não houver a assembléia, cuja realização até agora não aconteceu porque a Secretária de Desenvolvimento Econômico não indicou seu representante no conselho.

O governador Albuíno Azeredo, por sua vez, informa que a Emcatur vai ser extinta e os acionistas indenizados com o que for faturado com a venda do hotel, que possui 17 funcionários e se mantém, sempre, deficitário.

A extinção da empresa, porém, de acordo com o diretor técnico Carlos Augusto Lima Moreira, não será algo imediato. O processo, segundo ele, pode levar até três anos para se concretizar, devido às implicações jurídicas e institucionais.

A Assembléia Legislativa, na reforma administrativa proposta pelo Governo Albuíno, autorizou a liquidação da Emcatur, criada em 1967. Na mesma reforma, o Governo criou uma Coordenação Estadual de Turismo, que ainda vem sendo estruturada. Moreira explica que a Emcatur não pode ser extinta de uma hora para a outra, mesmo porque é através da empresa que são captados recursos repassados pela Embratur. Ele lembra também que o desenvolvimento do turismo é meta do Governo.

Privada

Além da venda do hotel, o governador decidiu encampar a

proposta de manter o Centro de Convenções com sua utilização original, mas sob gerência da iniciativa privada. O empresário interessado — hoteleiros e lojistas, entre outros — porém, para assumir o bem, deverá apresentar ao governo um plano de uso, com eventos programados para o imóvel por um período mínimo de dois anos consecutivos. Haverá participação do Governo/empresariado.

O Centro de Convenções foi avaliado pelo Bandes em Cr\$ 125.448.644,80, e está instalado numa área de 23 mil metros quadrados. Foi construído pelo Governo em 1968 e embora se mantenha, segundo a Emcatur, permanentemente ocupado — seu uso é aberto a eventos variados, de encontros de religiosos protestantes a mostras culturais — não rende um só centavo. É que como estratégia de incentivo comunitário, o Governo, há anos, decidiu não cobrar pela utilização do imóvel, cedido gratuitamente.

Não há ainda definição sobre a destinação da Ilha do Imperador orçada pelo Bandes, em abril, em Cr\$ 500 milhões, e que entrou para o patrimônio da Emcatur em 1979, repassada pelo Governo, para servir como incorporação no capital da empresa — Heloilson Gobbi sugere

o tombamento da ilha como área de preservação ambiental. Mas para o Mercado da Capixaba, que pertence ao patrimônio estadual e é administrado pela Emcatur, o governador definiu: suas 28 lojas continuarão exploradas por particulares, mas com preços reais de aluguel.

re o tombamento da ilha como área de preservação ambiental. Mas para o Mercado da Capixaba, que pertence ao patrimônio estadual e é administrado pela Emcatur, o governador definiu: suas 28 lojas continuarão exploradas por particulares, mas com preços reais de aluguel.

Construído entre os anos 20 e 30, o mercado funcionou como mercado de verdade, vendendo frutas, legumes e outros produtos do gênero, só até 1970. De lá para cá, serviu para exposição de artesanato, teatro de arena, abrigou um circo e foi até estacionamento rotativo. Há comerciantes instalados ali há 20 anos e, por mais incrível que possa parecer, todo o dinheiro arrecadado com o aluguel das lojas rende à Emcatur, mensalmente, apenas Cr\$ 78 mil.

Notificação

A empresa já notificou os comerciantes que não tem interesse na renovação dos contratos — alguns venceram em maio, outros vencerão até agosto — nas bases atuais. Os locatários, segundo Gobbi, aceitam renová-los a preço de mercado que, segundo a Emcatur, supera Cr\$ 1 mil por metro quadrado. A empresa estima que sua

Lyrio Netto), mas a comissão considerou a proposta “restrita quanto à sua destinação”.

Para o Centro de Convenções de Guarapari manteve-se a mesma destinação, constatando-se necessidades de melhorias operacionais para que ele pudesse se voltar para seus objetivos culturais, de lazer, esporte e promoções artísticas. Foram estudadas melhorias na parte de acústica, refrigeração central, redimensionamento do espaço, instalação de cabine de tradução simultânea, construção de espaço para exposição, etc, etc. O gerenciamento caberia à iniciativa privada, conforme proposta dos empresários hoteleiros, diretores lojistas, Movimento Arte e Cultura e Faculdade de Turismo do município.

O Radium Hotel, de acordo com as propostas levantadas na reunião com a comunidade de Guarapari, deveria ser utilizada como centro cultural, artístico e de lazer, e para instalação de uma clínica terapêutica, ou ainda centro de terapia reumatológica. As propostas deveriam, no entanto, ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Turismo (Conestur) e ao Conselho de Cultura. O gerenciamento, por sua vez, passaria a ser da iniciativa privada.

receita com o aluguel possa chegar, desta forma, a Cr\$ 2 milhões e 200 mil/mês.

A residência de inverno de Santa Teresa, por sua vez, o governador admite sequer conhecer. Ela foi construída na administração de Cristiano Dias Lopes e se mantém fechada desde o Governo Max. Sofre manutenção e, segundo a chefe do Cerimonial do Palácio, Therezinha Calixte, está em bom estado. Albuíno Azeredo diz que pretende conhecer o imóvel, argumenta que não há justificativa para a venda, porque o valor comercial não é interessante, e pretende discutir mais, com a comunidade local, uma nova destinação: “Pode ser um horto, local de encontros técnicos”, diz ele.

Na Praia da Costa, a idéia de um centro de lazer, cultural e científico não vai sair do papel. Está decidido que a residência de verão, hoje com problemas na rede sanitária, e precisando de descupinização, continuará abrigando o governador em encontros técnicos e políticos. Albuíno Azeredo argumenta que a casa representa uma espécie de refúgio. “O governador precisa de uma alternativa além do palácio, onde se mantém exposto demais”, diz ele, que despacha na Praia da Costa três vezes por semana.